DFS PRO
IT SOLUTIONS

CHECKLIST 1 DE 5 · REFORMA TRIBUTÁRIA NO SAP

Prontidão para a virada de 2027: calendário, mapa e regimes

O que a lei e os atos já fixaram para 1º de janeiro de 2027, onde o SAP é alcançado e quem entrega a DeRE no grupo, com exemplos e passo a passo.

Feito para

03 PERFIS

01	**Líder SAP**	O mapa de objetos do sistema e as customizações a revisar
02	**Gerente Tributário**	O que a lei fixou para a data e as decisões que são da empresa
03	**CFO**	Quem entrega a DeRE no grupo e o risco aceito

Edição de novembro de 2026
Base legal: EC 132/2023, LC 214/2025, LC 227/2026 e atos conjuntos RFB e CGIBS

EM CINCO FRASES

A resposta direta

01 Em 1º de janeiro de 2027 a CBS passa a ser cobrada de fato, PIS e Cofins deixam de existir e o IBS segue em alíquota de teste. **(EC 132/2023, ADCT, art. 126)**

02 A virada é uma sexta-feira, a 56 dias corridos de 6 de novembro de 2026, e vários prazos oficiais caem nesse dia.

03 Prontidão não é ter o projeto aprovado: é ter cada objeto do sistema com dono, teste e evidência guardada.

04 Este checklist traz perguntas para validar no seu ambiente, sem afirmar como o seu SAP está configurado.

05 Quem decide a tese tributária é a empresa. Ao sistema cabe reproduzir a decisão, todos os dias, com trilha.

PARA QUEM

Cinco papéis, um mesmo ambiente

O Líder SAP conduz. Tributário, Controladoria, TI fiscal e CFO assinam as decisões que são deles. Cada capítulo termina com itens que um desses papéis marca como pronto.

O QUE FICA FORA

A tese e a configuração alheia

O guia não decide enquadramento nem classificação de produto. Também não descreve como o seu sistema está parametrizado: transforma cada ponto em pergunta.

ANTES DE COMEÇAR

Quatro regras para marcar um item

EM LINGUAGEM SIMPLES

Marcar é provar

Um item só está pronto quando alguém consegue abrir a prova e ver que a resposta é verdadeira. Dizer que está pronto não conta.

As quatro regras

01 ### Pergunta, não afirmação

Todo ponto sobre o sistema aparece como pergunta. A resposta nasce do seu ambiente de qualidade, do seu desenho e dos seus documentos, não deste texto.

02 ### Uma evidência por item

Tela, relatório, documento assinado ou resultado de teste, guardado em pasta com data. Item sem evidência volta para o dono.

03 ### Um dono por item

Nome e papel. Item de dois donos tem zero donos na hora do problema.

04 ### Data de corte

Cada item tem uma data limite antes de 1º de janeiro de 2027, definida pelo comitê.

Legenda usada nos capítulos

Três marcas

- **Lei** marca o que vem de norma publicada, com a citação ao lado.
- **Validar** marca a pergunta que só o seu sistema responde.
- **Decisão** marca o que é da empresa, nunca do consultor nem da ferramenta.

NA PRÁTICA

Como a mesma linha evolui em duas semanas

EXEMPLO PRÁTICO .1

situação fictícia, números redondos

Uma linha que começa parcial

A pergunta do capítulo 04 da série é se o cálculo aplica a redução de alíquota. O dono responde parcial, anexa a planilha do cenário e marca a pendência com prazo. Na semana seguinte, a mesma linha vira sim, com a evidência nova ao lado.

EXEMPLO PRÁTICO .2

situação fictícia, números redondos

Uma linha sem prova

Um analista escreve sim na pergunta sobre certificado digital, sem anexo. O Líder SAP devolve a linha. O analista anexa a tela com a validade do certificado e a data da renovação. Só então a linha conta como pronta.

EXEMPLO PRÁTICO .3

situação fictícia, números redondos

Uma linha com dois donos

Duas áreas assinam o mesmo item, e ninguém corrige o desvio. O Líder SAP escolhe um dono e passa o outro para consultado. Em uma semana o desvio tem prazo e responsável.

O QUE FAZER NA SEGUNDA-FEIRA

- Criar a planilha do checklist com as colunas item, dono, resposta, evidência, data e pendência.
- Combinar com o comitê a data de corte de cada capítulo.
- Escolher a pasta única onde as evidências ficam guardadas.

PERGUNTA PARA O COMITÊ

Quem assina que um item está pronto, e o que o comitê faz com o item que chega sem evidência?

SUMÁRIO

Do calendário aos regimes específicos

	Marcação dos itens	04
01	O que muda em 1º de janeiro de 2027	09
02	Onde o sistema toca a reforma	25
10	Se o grupo tem financeira, seguradora ou saúde	39
	Fontes oficiais	50

01

CALENDÁRIO

O que muda em 1º de janeiro de 2027

Fixar, com a lei na mão, o que vira na data e o que já virou antes.

RESUMO EM 3 LINHAS

1. Em 2027 a CBS é cobrada e PIS e Cofins deixam de existir.
2. Boa parte dos documentos fiscais já entrou em 2026.
3. Alguns prazos, como Simples e Duimp, caem na própria virada.

POR QUE IMPORTA

Planejar a virada pela data errada gera dois erros: trabalhar tarde no que já venceu e trabalhar cedo no que ainda tem prazo.

NESTE CAPÍTULO

- A ordem que a lei definiu

A ordem que a lei definiu

EM LINGUAGEM SIMPLES

Teste em 2026, cobrança em 2027

Em 2026 os tributos novos aparecem com alíquota pequena, só para testar. Em 2027 a CBS passa a valer de verdade e as contribuições antigas saem de cena.

A Emenda Constitucional 132/2023 definiu a ordem. (EC 132/2023, ADCT, art. 126) A LC 214/2025 completou as alíquotas de transição. (LC 214/2025, arts. 343 a 348) A LC 227/2026 instituiu o Comitê Gestor do IBS e alterou a LC 214. (LC 227/2026)

2026

Teste
CBS 0,9% e IBS 0,1%, compensáveis com PIS e Cofins

2027

Virada
CBS cobrada, PIS e Cofins extintos, IS e IPI a zero

2028

IBS em teste
0,05% estadual e 0,05% municipal

(EC 132/2023, ADCT, art. 126) (LC 214/2025, art. 343) (LC 214/2025, art. 344) (LC 214/2025, art. 346) (LC 214/2025, art. 347)

Quatro mudanças com data marcada

- A CBS passa a ser cobrada e PIS e Cofins são extintos. (EC 132/2023, ADCT, art. 126)
- O Imposto Seletivo começa a incidir, e o IPI vai a zero, salvo para a Zona Franca de Manaus.
- O IBS de 2027 e 2028 é cobrado a 0,05% estadual e 0,05% municipal. (LC 214/2025, art. 344)
- A alíquota da CBS é reduzida em 0,1 ponto percentual nesses dois anos. (LC 214/2025, art. 347)

O ano anterior deixa de compensar

A compensação do recolhido de IBS e CBS com PIS e Cofins vale para fatos geradores de 2026. (LC 214/2025, art. 348) Para fatos geradores de 2027, o desenho da apuração muda, e é essa mudança que o sistema precisa reproduzir.

56 dias

corridos entre 6 de novembro de 2026 e a sexta-feira de 1º de janeiro de 2027, ou oito semanas.

EXEMPLO PRÁTICO 01.1

situação fictícia, números redondos

Contar o tempo que sobra

De sexta-feira, 6 de novembro de 2026, até sexta-feira, 1º de janeiro de 2027, passam 56 dias, ou oito semanas. Em cada semana há cinco dias de semana, então o teto é de 40 dias de trabalho, antes de descontar feriados e recesso. É esse o tempo de uma equipe que ainda não começou os testes.

EXEMPLO PRÁTICO 01.2

situação fictícia, números redondos

O que muda na mesma nota de dezembro

Uma empresa fatura R$ 1.000 em 20 de dezembro de 2026. Pela regra de teste de 2026, CBS 0,9% e IBS 0,1% somam R$ 10, compensáveis com PIS e Cofins. (LC 214/2025, art. 343) (LC 214/2025, art. 346) Em 2 de janeiro, a mesma venda segue a regra de 2027: a conta é outra.

EXEMPLO PRÁTICO 01.3

situação fictícia, números redondos

O dono do projeto confunde início com prova

O gerente marca a virada para o primeiro dia útil e planeja os testes para janeiro. O Líder SAP corrige o plano: o que a lei fixa para 1º de janeiro só se prova antes, com o sistema funcionando, e provar leva semanas.

ERRO COMUM

Tratar 1º de janeiro como data de início

A data é de prova, não de começo. Quem começa o projeto em janeiro descobre os desvios em produção, com nota fiscal já emitida e crédito já apurado.

PASSO A PASSO

Montar a linha do tempo da virada

01 **Listar os marcos**

Copiar de cada ato publicado as datas que valem para o grupo.

02 **Marcar a fronteira**

Escrever o último dia sob a regra de 2026 e o primeiro sob a regra de 2027.

03 **Voltar no tempo**

Para cada marco, definir a data de prova, ao menos duas semanas antes.

04 **Dar dono**

Um nome por marco, e um substituto.

O QUE FAZER NA SEGUNDA-FEIRA

- Escrever em uma folha as quatro mudanças de 2027 deste capítulo.
- Colocar a sexta-feira de 1º de janeiro de 2027 no calendário do comitê.
- Pedir ao Tributário a lista de fatos geradores que cruzam a virada.

PERGUNTA PARA O COMITÊ

Qual é a data de prova de cada marco da virada, e quem responde por ela?

O que este capítulo não faz

- Não estima a alíquota-base da CBS, que a lei fixa em outro dispositivo.
- Não prevê datas que dependem de ato ainda não publicado.
- Não decide o enquadramento de nenhuma empresa.

O QUE JÁ VENCEU ANTES DA VIRADA

Os documentos fiscais já entraram

EM LINGUAGEM SIMPLES

Cada nota tem a sua data

Nota fiscal eletrônica não vira tudo no mesmo dia. Cada tipo de documento tem a data em que passa a levar IBS e CBS.

O Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 4/2026, publicado em 31/07/2026, fixou o início para cada documento fiscal eletrônico com IBS e CBS. **(Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 4/2026, art. 1º)**

Do primeiro lote à Duimp

Documento	Início	Observação
NF-e (55), NFC-e (65), CT-e (57), CT-e OS (67), MDF-e (58), GTV-e (64), NF3e (66), DC-e (99)	3/8/2026	Regra geral; exceções nos parágrafos do art. 1º
NFS-e, não enquadrada nas alíneas especiais	1º/10/2026	Demais serviços sujeitos ao ISS
NFCom (62) e DIR	1º/10/2026	Comunicação eletrônica e remessa
NFS-e de plataformas, locações, condomínio, bens imateriais e demais serviços	1º/12/2026	Alíneas a, b, c, e, f, g e h
NFAg, NFGas, NF-e ABI	1º/12/2026	Água, gás e alienação de imóveis
Duimp	1º/1/2027	Importação de bens materiais

(Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 4/2026, art. 1º, I a XVIII) A tabela resume o ato; o texto completo é a referência.

O que fazer com a tabela

Três passos

- Marque, por CNPJ, os documentos que a empresa emite e a data de início de cada um.
- Os que iniciaram em 2026 devem ter taxa de rejeição medida; os de 1º/1/2027 devem estar em produção restrita.
- Se o documento não está na tabela, consulte o ato completo antes de concluir que não se aplica.

EXEMPLO PRÁTICO 01.4

situação fictícia, números redondos

Uma indústria com quatro tipos de nota

Uma indústria fictícia emite NF-e, CT-e próprio, NFS-e de serviço técnico e recebe importações. A NF-e e o CT-e já levam IBS e CBS desde 3/8/2026. A NFS-e entra em 1º/10/2026. A importação aguarda a Duimp, em 1º/1/2027.

EXEMPLO PRÁTICO 01.5

situação fictícia, números redondos

Uma administradora de condomínios

Uma prestadora fictícia emite NFS-e de condomínio e locação. Pelo ato, esse grupo entra em 1º/12/2026, e não em 1º/10/2026. Se o projeto usou a data geral, a prestadora está dois meses adiantada no plano e pode ter congelado mudanças sem necessidade.

EXEMPLO PRÁTICO 01.6

situação fictícia, números redondos

Um documento que ninguém lembrou

Uma empresa de gás emite NFGas. O inventário do projeto só listava NF-e e NFS-e. A conferência por CNPJ achou o documento, com início em 1º/12/2026, e abriu um teste que não existia.

PASSO A PASSO

Fazer a tabela por CNPJ

01 **Listar emissores**

Escrever cada CNPJ do grupo que emite documento fiscal eletrônico.

02 **Listar documentos**

Para cada CNPJ, anotar os tipos emitidos, pelo modelo.

03 **Cruzar com o ato**

Buscar no art. 1º a data de cada tipo e as exceções dos parágrafos.

04 **Marcar o estado**

Escrever se já iniciou, se inicia na virada ou se tem prazo próprio.

ERRO COMUM

Concluir que não se aplica sem abrir o ato

Documento fora da tabela resumida pode estar no texto do ato. Antes de dizer que não se aplica, o Tributário abre o art. 1º inteiro e anota a conclusão.

O QUE FAZER NA SEGUNDA-FEIRA

- Extrair do emissor a lista de modelos de documento por CNPJ.
- Preencher a tabela de datas de cada CNPJ.
- Pedir a taxa de rejeição do último mês dos documentos que já iniciaram.

PERGUNTA PARA O COMITÊ

Todos os documentos que o grupo emite estão listados por CNPJ, com a data de início de cada um?

AS DATAS QUE CAEM NA VIRADA

O que começa no dia 1º

EM LINGUAGEM SIMPLES

Três grupos esperam até janeiro

Quem é optante do Simples, quem fornece mercadoria de tributação monofásica e quem importa só entra em 1º de janeiro de 2027.

O mesmo ato empurra para 1º de janeiro de 2027 grupos de contribuintes e de eventos.
(Ato Conjunto nº 4/2026, art. 1º, §§ 1º e 2º, e incisos XIV e XVII, c)

Quem ou o quê	O que começa em 1º/1/2027
Contribuintes optantes pelo Simples Nacional	Obrigatoriedade dos documentos fiscais eletrônicos do ato
NF-e que registre fornecimento sujeito à tributação monofásica	Obrigatoriedade da emissão com IBS e CBS
Duimp	Documento de importação de bens materiais, em lugar do prazo geral da NF-e
DeRE, eventos não enquadrados nas duas primeiras etapas	Entrega dos demais eventos da declaração

Duas perguntas que dependem do seu grupo

Para validar

- **Validar:** a empresa, ou algum CNPJ do grupo, é optante do Simples, ou fornece para optantes que passam a emitir documento com IBS e CBS em 2027?
- **Validar:** existe operação monofásica no portfólio, e quem confere que a NF-e dessa operação sai com o novo dado a partir da data?

Datas em ato publicado no Diário Oficial da União; alterações posteriores constam da página de atos conjuntos do portal do SPED. **(atos conjuntos no portal do SPED)**

EXEMPLO PRÁTICO 01.7

situação fictícia, números redondos

Três datas, três planos

Um grupo fictício tem uma indústria no regime regular, uma distribuidora optante do Simples e uma importadora. A indústria emite com IBS e CBS desde agosto. A distribuidora começa em 1º/1/2027. A importadora segue o prazo da Duimp. Três datas, três planos, um único comitê.

EXEMPLO PRÁTICO 01.8

situação fictícia, números redondos

O fornecedor optante do Simples

Uma compradora recebe, em janeiro, a primeira nota de um fornecedor optante do Simples com os campos novos. A equipe de entrada ainda não testou esse tipo de documento. Se tivesse testado em dezembro, o primeiro dia de recebimento seria rotina, e não surpresa.

EXEMPLO PRÁTICO 01.9

situação fictícia, números redondos

A venda monofásica

Uma distribuidora fictícia vende um produto sujeito à tributação monofásica e outros itens comuns. A NF-e dos itens comuns já leva IBS e CBS desde agosto. A NF-e que registra o fornecimento monofásico só entra em 1º/1/2027, e precisa de teste próprio.

PASSO A PASSO

Separar quem entra em 2027

01 Listar optantes

Anotar os CNPJs do grupo no Simples e os fornecedores relevantes que sejam optantes.

02 Listar monofásicos

Anotar os produtos com tributação monofásica e as notas em que aparecem.

03 Definir teste

Escrever um teste de emissão e um de recebimento para cada grupo.

04 Marcar a data

Colocar 1º/1/2027 no plano como data de prova, com a antecedência combinada.

ERRO COMUM

Achar que o fornecedor optante está pronto

O prazo de 2027 vale para o fornecedor, mas a nota dele chega ao seu sistema. Quem recebe precisa ter testado o documento antes de o fornecedor começar a emitir.

O QUE FAZER NA SEGUNDA-FEIRA

- Marcar no cadastro quais fornecedores são optantes do Simples.
- Levantar as operações monofásicas do portfólio.
- Reservar uma semana de dezembro para testes de recebimento.

PERGUNTA PARA O COMITÊ

O grupo sabe quais CNPJs e quais produtos só entram em 1º/1/2027, e já tem teste para eles?

REFORMA TRIBUTÁRIA NO SAP

Reforma tributária no SAP: cálculo, documento, apuração e convivência de regimes.

dfspro.com.br/especialidades/reforma-tributaria-cbs-ibs

02

MAPA

Onde o sistema toca a reforma

Listar, antes de testar, cada ponto do SAP que a virada alcança.

RESUMO EM 3 LINHAS

1. A reforma atravessa venda, compra, estoque, financeiro e razão.
2. O primeiro entregável é um inventário, não um teste.
3. Código próprio sem dono é o maior ponto cego.

POR QUE IMPORTA

Cadastro, cálculo, documento, apuração, contabilização, financeiro, importação e relatórios formam uma cadeia. Quebrar um elo derruba o fechamento.

NESTE CAPÍTULO

- A cadeia em cinco elos

A cadeia em cinco elos

EM LINGUAGEM SIMPLES

O dado nasce num lugar e viaja

Um dado de cadastro vira regra de cálculo, que vira nota, que vira débito, que vira título e razão. O erro no começo chega até o balanço.

A reforma não vive num campo. Ela atravessa a venda, a compra, o estoque, o financeiro e a contabilidade. O mapa abaixo organiza os itens do checklist na ordem em que o dado nasce.

1
Cadastro
Parceiro, material, serviço, local de negócio e regime do contribuinte

2
Cálculo
Regra que determina IBS, CBS, base, alíquota, benefício e crédito

3
Documento
Nota fiscal eletrônica com o dado novo, XML válido e retorno do fisco

4
Apuração
Débito, crédito e saldo de CBS e IBS por período, empresa e local

5
Financeiro
Título, baixa, conciliação bancária e, quando houver, split payment

Dez pontos de contato a percorrer

Para o inventário

- cadastros mestres e classificação de produto e serviço
- determinação de impostos e documentos eletrônicos
- apuração, crédito e contabilização
- financeiro, split payment e importação
- regimes específicos, relatórios e auditoria

EXEMPLO PRÁTICO 02.1

situação fictícia, números redondos

Uma venda atravessa seis pontos

Um pedido de R$ 1.000 passa pelo cadastro do cliente, pela regra de cálculo, pela nota, pela apuração, pelo título e pelo razão. Seis pontos, seis donos possíveis. Se um deles não está no mapa, o teste não o enxerga.

EXEMPLO PRÁTICO 02.2

situação fictícia, números redondos

O relatório que usa PIS e Cofins

Um relatório gerencial de margem subtrai PIS e Cofins da receita. Em 2027, essas contribuições deixam de existir, e o relatório passa a mostrar margem maior sem que nada tenha melhorado. Ninguém notou porque o relatório não estava no mapa.

EXEMPLO PRÁTICO 02.3

situação fictícia, números redondos

Dois emissores, um grupo

Um grupo fictício tem duas empresas, cada uma com um emissor de nota diferente. O mapa só listava o emissor da matriz. Ao incluir o segundo, o projeto descobriu uma versão de leiaute atrasada em um deles.

PASSO A PASSO

Montar o mapa de contato em uma semana

01 **Convocar os donos**

Reunir Tributário, Controladoria, TI fiscal, Financeiro e Comércio Exterior em uma sala.

02 **Percorrer a cadeia**

Seguir um pedido de venda e um de compra, do cadastro ao razão.

03 **Anotar cada objeto**

Para cada passo, escrever tela, programa, interface ou relatório.

04 **Marcar os sem dono**

O objeto que ninguém reivindica vai para a lista de riscos.

ERRO COMUM

Começar pelo teste

Testar sem inventário cobre o que a equipe lembra e deixa de fora o que ninguém lembra. O erro escondido costuma estar no que ficou fora do mapa.

O QUE FAZER NA SEGUNDA-FEIRA

- Reservar duas horas com os cinco donos para percorrer a cadeia.
- Escolher um pedido de venda e um de compra reais, anonimizados, como roteiro.
- Abrir a lista de objetos sem dono.

PERGUNTA PARA O COMITÊ

Existe um mapa único de objetos do sistema, com dono para cada um, e o comitê o aprovou?

PASSO ZERO

O inventário que evita o susto

EM LINGUAGEM SIMPLES

Inventário é lista com prova

Uma lista do que existe, onde está e de quem é. Cada linha aponta para um objeto que alguém pode abrir e ver.

O primeiro entregável de prontidão não é um teste: é um inventário. Sem saber onde cada regra mora, o teste cobre o que você lembra e deixa de fora o que ninguém lembra.

Cinco listas do inventário

01 Empresas e locais

Quais CNPJs, filiais e locais de negócio emitem, recebem ou apuram, e com qual regime de cada um.

02 Ambientes

Quais sistemas participam: ERP, motor fiscal, emissor de documentos, banco, arquivo fiscal e contabilidade.

03 Interfaces

Quais interfaces trazem ou levam dado fiscal: pedido de venda, e-commerce, cobrança, extratos, importação.

04 Customizações

Quais desenvolvimentos próprios tocam imposto, nota fiscal, apuração ou arquivo fiscal.

05 Relatórios

Quais relatórios do fisco, da contabilidade e do gerencial usam PIS, Cofins, ICMS ou ISS como base.

Lista de trabalho do projeto; não vem de norma. A existência de cada item é sempre verificada no seu ambiente.

Quem preenche

Três regras

- O Líder SAP consolida; cada área responde pela sua parte.
- A fonte de cada linha é um objeto verificável: tela, tabela de configuração, programa ou contrato.
- Linha sem fonte é anotada como pergunta aberta, nunca como fato.

EXEMPLO PRÁTICO 02.4

situação fictícia, números redondos

Uma linha bem preenchida

Linha 14: interface de pedidos do e-commerce. Dono: Comercial. Objeto: interface que cria pedido de venda. O que a virada muda: o pedido precisa levar o dado do cliente que o documento novo exige. Prova: tela de monitoramento da interface.

EXEMPLO PRÁTICO 02.5

situação fictícia, números redondos

Uma linha sem fonte

Linha 22: rotina de arquivo para a contabilidade. Dono: não sabemos. A linha vira pergunta aberta e vai ao comitê. Na reunião, a Controladoria assume e descobre que a rotina lê PIS e Cofins por nome de conta.

EXEMPLO PRÁTICO 02.6

situação fictícia, números redondos

Contar o inventário

Um inventário fictício fecha com 8 empresas, 5 ambientes, 24 interfaces, 31 customizações e 40 relatórios. Dos 40 relatórios, 12 usam PIS ou Cofins como base. Esses 12 entram na lista de decisão: manter, adaptar ou desligar.

PASSO A PASSO

Fechar o inventário

01 Rodar as cinco listas

Cada área entrega a sua em planilha única.

02 Contar

Somar itens por lista e por dono.

03 Cruzar

Marcar o que usa PIS, Cofins, ICMS ou ISS como base.

04 Aprovar

O Líder SAP apresenta ao comitê e anota o que ficou sem dono.

ERRO COMUM

Aceitar inventário de memória

Lista feita de memória esquece o que foi construído há anos. Cada linha precisa de um objeto que se abre: tela, tabela, programa ou contrato.

O QUE FAZER NA SEGUNDA-FEIRA

- Pedir a cada área a sua lista em planilha, com prazo de uma semana.
- Marcar na planilha o que usa PIS, Cofins, ICMS ou ISS.
- Reservar uma reunião para as linhas sem dono.

PERGUNTA PARA O COMITÊ

O inventário tem alguma linha sem dono ou sem objeto verificável, e quem vai resolver?

O RISCO ESCONDIDO

O código próprio é o maior ponto cego

EM LINGUAGEM SIMPLES

Código próprio é decisão escondida

Cada rotina feita sob medida guarda uma decisão tributária de alguém. A pergunta é se essa decisão ainda vale em 2027.

Em ambientes de grande empresa, o comportamento fiscal raramente vive só no padrão do produto. Existem rotinas próprias, exits, relatórios e interfaces acrescentados ao longo de anos.

Perguntas sobre o código

- Existe lista atualizada dos desenvolvimentos que tocam imposto?
- Quem é o dono funcional de cada um?
- Algum deles lê PIS ou Cofins por nome de campo ou de conta?
- Algum monta nota fiscal, XML ou arquivo fora do padrão?

Perguntas sobre a documentação

- A especificação original de cada rotina ainda existe?
- Há teste automatizado ou roteiro manual que a cubra?
- Quem aprova a mudança quando o imposto muda?
- Existe plano para retirar o que a virada tornar inútil?

DECISÃO DA EMPRESA

Reaproveitar, adaptar ou aposentar cada rotina própria é decisão do dono do processo. O sistema só executa a decisão tomada.

EXEMPLO PRÁTICO 02.7

situação fictícia, números redondos

Roteiro de 30 minutos

Peça ao time de desenvolvimento a lista de programas alterados nos últimos três anos que mencionem imposto, nota ou apuração. Para cada um, uma linha: o que faz, quem usa, o que a virada muda. O ponto cego costuma aparecer na terceira linha.

EXEMPLO PRÁTICO 02.8

situação fictícia, números redondos

Uma rotina que lê PIS por nome de conta

Um programa fictício soma o saldo da conta chamada PIS a recolher para montar um relatório mensal. Em 2027 a conta deixa de receber lançamento. O relatório passa a mostrar zero e ninguém é avisado, porque o programa não falha: apenas soma nada.

EXEMPLO PRÁTICO 02.9

situação fictícia, números redondos

Uma customização sem teste

Uma rotina de arredondamento de imposto foi escrita há seis anos, sem especificação e sem teste. O dono saiu da empresa. A regra decide, hoje, a casa decimal do valor destacado. O projeto escreve um teste com três notas e descobre que a rotina precisa de ajuste.

PASSO A PASSO

Classificar cada customização

01 **Listar**

Programas, exits e interfaces que tocam imposto, nota, apuração ou arquivo fiscal.

02 **Dar dono**

Um dono funcional por linha; sem dono, a linha vai ao comitê.

03 **Decidir**

Manter, adaptar ou aposentar, com a decisão registrada.

04 **Testar**

Cada rotina mantida ganha um teste com resultado esperado.

ERRO COMUM

Deixar para descobrir em produção

Customização sem dono nem teste entra na virada sem revisão. A pergunta a fazer é qual decisão tributária ela embute, e se essa decisão ainda é a vigente.

O QUE FAZER NA SEGUNDA-FEIRA

- Pedir a lista de programas fiscais alterados nos últimos três anos.
- Identificar quais leem PIS ou Cofins por nome de campo ou de conta.
- Nomear um dono funcional para cada rotina mantida.

PERGUNTA PARA O COMITÊ

Quais customizações fiscais ainda não têm dono nem teste, e o que o comitê decide sobre cada uma?

DIAGNÓSTICO FISCAL NO SAP

Um mapa dos objetos do seu SAP que a virada alcança, com dono e prioridade.

dfspro.com.br/especialidades/diagnostico-fiscal-sap

10

REGIMES ESPECÍFICOS

Se o grupo tem financeira, seguradora ou saúde

Separar quem entrega a DeRE de quem apura pelo documento fiscal

RESUMO EM 3 LINHAS

1. A DeRE é obrigação de financeiras, operadoras de saúde e prognósticos.
2. A terceira etapa da DeRE entra em 1º de janeiro de 2027.
3. Cada CNPJ raiz do grupo tem a própria resposta.

POR QUE IMPORTA

Quem trata todas as empresas do grupo igual erra uma delas.

NESTE CAPÍTULO

- Quem entrega a DeRE

Quem entrega a DeRE

EM LINGUAGEM SIMPLES

Nem todo CNPJ declara

A indústria do grupo vive a reforma pela nota. A financeira do mesmo grupo vive pela declaração contábil.

A regra da DeRE

A DeRE, Declaração de Regimes Específicos, é obrigação de prestadores de serviços financeiros, operadoras de planos de assistência à saúde e entidades que exploram concursos de prognósticos. (página da DeRE no portal do SPED) Na virada, entra a terceira etapa: os demais eventos da declaração, em 1º de janeiro de 2027. (Ato Conjunto nº 4/2026, art. 1º, XVII, c)

1º/10/2026
Eventos de tabela

15/11/2026
Eventos mensais a partir de outubro

1º/01/2027
Demais eventos

Eventos mensais até o dia 15 do mês seguinte, com a primeira entrega do período de outubro de 2026. (Ato Conjunto nº 4/2026, art. 1º, § 5º)

EXEMPLO PRÁTICO 10.1

situação fictícia, números redondos

Grupo com duas trilhas

Um grupo fictício tem uma indústria e uma financeira. A indústria vive a reforma pela nota fiscal. A financeira tem DeRE, plano de contas, balancete e transmissão. O comitê enxerga duas trilhas, com donos diferentes e calendários que se cruzam no dia 15.

EXEMPLO PRÁTICO 10.2

situação fictícia, números redondos

Grupo sem entidade obrigada

Um grupo fictício só tem indústria e comércio. O tributário escreve o parecer de enquadramento, com nome e data, concluindo que nenhum CNPJ entrega DeRE. O item fica no checklist como resolvido, e não apagado.

EXEMPLO PRÁTICO 10.3

situação fictícia, números redondos

Aquisição durante o projeto

O mesmo grupo adquire uma empresa de crédito em novembro. O parecer anterior perde validade. O comitê reabre o capítulo e cria a trilha da DeRE para o novo CNPJ.

PASSO A PASSO

Enquadrar cada CNPJ raiz

01 Listar

Todos os CNPJs raiz do grupo.

02 Perguntar

Cada um presta serviço financeiro, saúde ou prognóstico?

03 Assinar

O tributário assina o enquadramento.

04 Revisar

Reabrir se o grupo comprar ou criar empresa dessas atividades.

ERRO COMUM

Concluir só de conversa

Enquadramento que existe só em conversa some quando a pessoa sai. O parecer assinado, com data, é o que fica.

O QUE FAZER NA SEGUNDA-FEIRA

- Listar os CNPJs raiz do grupo e a atividade de cada um.
- Pedir ao tributário o parecer de enquadramento.
- Marcar a revisão do parecer a cada aquisição.

PERGUNTA PARA O COMITÊ

Existe parecer assinado de enquadramento para cada CNPJ raiz do grupo?

Se o grupo não tem entidade financeira

- Registre a conclusão por escrito, com o nome de quem a assinou.
- Reveja a conclusão se o grupo adquirir ou criar empresa dessas atividades.
- Mantenha o capítulo no checklist como item resolvido, e não apagado.

PARA O GRUPO ECONÔMICO

Uma resposta por CNPJ raiz

EM LINGUAGEM SIMPLES

Uma linha por empresa

Uma planilha com uma linha por CNPJ raiz e uma coluna por pergunta. Célula vazia é risco.

As oito perguntas

- Quais CNPJs do grupo estão no regime específico, e quem assinou o enquadramento?
- Quem gera o balancete de cada entidade obrigada?
- O plano de contas comentado de cada uma foi entregue?
- Os eventos de tabela de 1º/10/2026 têm recibo?
- A primeira entrega mensal de outubro de 2026 foi feita no prazo?
- O que será transmitido em 1º/1/2027, e por qual sistema?
- A transmissão usa o certificado e o canal exigidos na documentação técnica?
- Quem acompanha o Ato Técnico em vigor?

A documentação técnica vigente é o Ato Técnico Conjunto nº 6/2026, versão 1.3. **(Ato Técnico Conjunto nº 6/2026)**

Quem responde por cada pergunta

Responsáveis

- Enquadramento: tributário.
- Balancete e plano de contas: contabilidade.
- Transmissão e certificado: TI.
- Calendário e prazo: CFO, que aprova o fechamento compatível.

EXEMPLO PRÁTICO 10.4

situação fictícia, números redondos

A planilha por CNPJ raiz

Linha do CNPJ da financeira: enquadramento assinado em 3/11, balancete gerado pela contabilidade, plano de contas entregue, eventos de tabela com recibo, transmissão pela TI. Cada célula tem resposta, dono e data.

EXEMPLO PRÁTICO 10.5

situação fictícia, números redondos

Célula vazia

Na linha de uma seguradora do grupo, a célula de recibo dos eventos de tabela está vazia. Ninguém sabe se foram entregues. A célula vazia vira ação do dia: buscar o recibo, ou reenviar.

EXEMPLO PRÁTICO 10.6

situação fictícia, números redondos

Três assinaturas

Ao final, o tributário assina o enquadramento, a contabilidade assina o balancete e a TI assina a transmissão. Três assinaturas, três provas, uma planilha.

ERRO COMUM

Deixar célula sem dono

Pergunta sem dono é pergunta que o comitê repete toda semana. Cada célula tem nome e data.

PASSO A PASSO

Montar a planilha do grupo

01 **Criar**

Uma linha por CNPJ raiz, uma coluna por pergunta.

02 **Preencher**

Cada área responde a sua parte, com dono e data.

03 **Marcar**

Células vazias viram risco.

04 **Assinar**

Três assinaturas no final.

O QUE FAZER NA SEGUNDA-FEIRA

- Montar a planilha com os CNPJs raiz e as oito perguntas.
- Pedir à contabilidade o recibo dos eventos de tabela.
- Conferir a versão vigente da documentação técnica.

PERGUNTA PARA O COMITÊ

Há alguma célula vazia na planilha por CNPJ raiz, e quem vai preenchê-la?

FECHAMENTO DO CAPÍTULO

O que precisa estar pronto nos regimes específicos

15 Tributário e CFO

- [ ] Enquadramento de cada CNPJ do grupo documentado.
- [ ] Dono da DeRE por CNPJ raiz nomeado.
- [ ] Calendário único do grupo, com os prazos da declaração.
- [ ] Fechamento contábil compatível com o dia 15.

16 Contabilidade e TI

- [ ] Plano de contas e balancete entregues no formato exigido.
- [ ] Recibos de eventos guardados.
- [ ] Transmissão testada em produção restrita.
- [ ] Responsável por retificação definido.

Evidências esperadas neste capítulo

Para guardar

- Parecer de enquadramento por CNPJ raiz.
- Recibos de eventos já entregues.
- Calendário único do grupo com datas da declaração.

Sinais de que o capítulo não está pronto

Sinais

- O enquadramento do grupo está só em conversa, sem parecer assinado.
- Nenhum recibo de evento foi guardado.
- A transmissão nunca foi testada em produção restrita.

PRÓXIMO PASSO

Conversar sobre quem entrega a DeRE no seu grupo e o que muda no sistema.

dfspro.com.br/contato

REFERÊNCIAS

Conteúdo informativo, com base na legislação e nos atos publicados até novembro de 2026. A aplicação a cada empresa depende de análise tributária própria.

Outros guias desta série

- Cadastros e determinação de imposto para a virada de 2027: dados mestres e cálculo de CBS e IBS
- Documentos fiscais e apuração de CBS e IBS para a virada de 2027: emissão, recebimento, crédito e saldo
- Contabilidade, financeiro e importação na virada de 2027: razão, conciliação, split payment e Duimp
- Testes, go ou no-go e governança da virada de 2027

LEGISLAÇÃO · PLANALTO

Emenda Constitucional nº 132/2023
Reforma tributária do consumo; arts. 125 a 129 do ADCT
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc132.htm

Lei Complementar nº 214/2025
IBS, CBS e Imposto Seletivo; arts. 31 a 35, 45, 47, 343 a 348
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp214.htm

Lei Complementar nº 227/2026
Institui o CGIBS e altera a LC 214/2025
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp227.htm

ATOS DA RECEITA FEDERAL E DO CGIBS

Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 4/2026
Início da obrigatoriedade dos documentos fiscais eletrônicos e da DeRE; DOU de 31/07/2026
https://www.gov.br/sped/pt-br/assuntos/documentos-fiscais/dere/atos-conjuntos/ato-conjunto-rfb_cgibs-no-4-de-30-de-julho-de-2026.pdf

Ato Técnico Conjunto RFB/SUFIS/CGIBS nº 6/2026

Documentação técnica da DeRE, versão 1.3; DOU de 01/10/2026

https://www.gov.br/sped/pt-br/assuntos/documentos-fiscais/dere/atos-conjuntos/ato-tecnico-conjunto-rfb_sufis_cgibs_diretoria-executiva-no-6-de-28-de-setembro-de-2026.pdf

RECEITA FEDERAL, SPED E CGIBS

Declaração de Regimes Específicos

Página da DeRE no portal do SPED

https://www.gov.br/sped/pt-br/assuntos/documentos-fiscais/dere

Atos conjuntos

Portal do SPED

https://www.gov.br/sped/pt-br/assuntos/documentos-fiscais/dere/atos-conjuntos

DFS PRO
IT SOLUTIONS

SOBRE A DFSPRO

Consultoria especialista em fiscal no SAP e no GUEPARDO Tax

Fundada em 2018, em Curitiba/PR. Parceira SAP e Canal Autorizado da NTT DATA para o GUEPARDO Tax. Implementa SAP, migra, faz rollout e governança fiscal, e implanta e governa o GUEPARDO Tax.

FALE COM A DFSPRO

Uma conversa com especialista para mapear o que a virada de 2027 exige do seu ambiente.

dfspro.com.br/contato